

Avaliação da Pós-Graduação: publicações e projetos de pesquisa¹

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq))

Neste texto, após reconhecer os méritos da avaliação dos programas de pós-graduação, apresento reflexões sobre dois aspectos da avaliação – publicações e projetos de pesquisa – que considero passíveis de aprimoramento. No que concerne à avaliação das publicações, discuto alguns efeitos perversos da avaliação, tanto para os pesquisadores quanto para os periódicos e apresento uma reflexão sobre o sistema *qualis*. Além disso, discuto o papel do acesso aberto à produção do conhecimento. Levanto também problemas em relação à duração dos projetos de pesquisa e à vinculação dos projetos dos orientandos aos projetos dos orientadores. Finalmente, critico as amarras no sistema de coletas de dados que acabam gerando distorções e defendo que alternativas precisam ser encontradas.

Introdução

É impossível discordar de Balbachevsky (2005) sobre o sucesso da pós-graduação no país e também de Ribeiro (2012). Balbachevsky (2005, p. 276) afirma que “

Em meados dos anos 1970, a Capes, a agência do Ministério da Educação que esteve, desde o início, envolvida na construção desse nível do ensino superior, criou um sofisticado sistema de avaliação baseado no julgamento por pares. A realização periódica dessa avaliação permitiu vincular o apoio oficial ao desempenho dos programas e terminou por estabelecer um padrão mínimo de qualidade acadêmica para os programas.

Ribeiro (2012) ressalta que

Sem o fomento, a avaliação corre o risco de ser apenas um exercício acadêmico. Mas, sem a avaliação, o fomento pode ser cego. A relação virtuosa entre os dois é assegurada pela tradição brasileira da avaliação dos cursos de pós-graduação, iniciada pelo então diretor-geral Cláudio de Moura Castro, em 1976, e que é vista pela maior parte dos especialistas como o fator que assegura que na pós-graduação *stricto sensu* (e, infelizmente, apenas nela), a educação brasileira tenha qualidade internacional.

De fato, é impossível desconhecer o papel do sistema de avaliação ao longo dos anos, embora todos nós tenhamos alguma ressalva e ele. Até mesmo o Plano Nacional de

¹ Agradeço ao Prof. Dermeval da Hora que, mesmo não concordando com todas as reflexões, leu este texto atentamente e apontou alguns equívocos que pude sanar antes da versão final.

Pós-Graduação (BRASIL, 2010) reconhece que há problemas, e ao discorrer sobre o sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, aborda “distorções e necessidades de ajuste” e faz recomendações.

O documento reconhece que foi imposta uma camisa de força a áreas como a nossa, com a utilização de critérios de avaliação das ciências exatas e naturais e acrescenta que “[N]o curso dos anos, o taylorismo intelectual e o imperativo do *publish* ou *perish* invadiram todas as áreas e isso refletiu na avaliação, com o predomínio da quantidade sobre a qualidade” (p.127). Como alternativa, propõe a introdução de “crivos de qualidade, como no sistema inglês, onde os professores e pesquisadores escolhem suas quatro ou cinco melhores produções do período e as submetem ao escrutínio dos avaliadores”. (p.128)

O que mais incomoda à nossa área é a imposição de uma cultura acadêmica de outras áreas e parece que esse incômodo não é só nosso. Isso também foi identificado por Horta (2006) que analisou a visão dos Coordenadores de Programas a respeito do modelo de avaliação atualmente utilizado pela CAPES, em relação à Coleta Capes de 2004. Uma das reclamações dos coordenadores dizia respeito ao caráter homogeneizador do modelo de avaliação. Esses mesmos coordenadores enfatizavam “a necessidade de se levar em conta, na avaliação, a especificidade de cada grande área, de cada área, de cada programa e das diferentes regiões do país” (p.23).

No que diz respeito à nossa área, é preciso reconhecer e elogiar o ouvido atento e a abertura ao diálogo de nosso representante de área, o Prof. Dr. Dermeval da Hora, com a comunidade acadêmica e a incorporação de sugestões ao documento de área.

Mesmo que cada área tenha seu próprio documento com parâmetros específicos de avaliação, não podemos ignorar que outras áreas acabam exercendo influência sobre a nossa. Haja vista a ênfase dada à publicação em periódicos.

Publish or perish e a questão da autoria

A pressão por publicação em periódicos é um fenômeno relativamente recente para nós, pois a área de Letras e das Humanidades, em geral, sempre se caracterizou pela publicação predominante de livros e capítulos de livros. A forte influência de outras áreas vem transformando nossa cultura de publicação. Isso é um fenômeno mundial. Além disso, espera-se que cada um de nós publique muito e também em coautoria com orientandos,

Existe uma crítica generalizada de várias áreas da pós-graduação brasileira ao fato de a avaliação ser essencialmente quantitativa, sem aferição da qualidade do que se produz. Outra crítica é ao incentivo de se publicar em conjunto com os orientandos, comportamento típico de outras áreas, mas que nem sempre é adequado para as humanidades. Nesse sentido, Kuenzer e Moraes (2005, p. 1348) tocam em um ponto crítico na área de educação. Dizem eles:

No das coautorias, em particular a de docentes com discentes e em trabalhos completos em eventos, alguns exageros “não permitem que se possa aferir o que é resultado de investigação específica de docente, de discentes ou de efetiva coautoria” (CAPES, Documento da área de Educação). Dessa forma, o incentivo para que orientadores e orientandos publiquem juntos, a partir de uma crescente participação do corpo discente nos projetos de pesquisa dos orientadores desvirtua-se, reduzindo-se a um incansável roteiro de sucessivas apresentações em eventos, no exterior e no país. (KUENZER e MORAES, 2005, p. 1348)

A atribuição de autoria é uma questão complicada e, sempre que esse assunto vem à baila, há mal entendidos e alguns colegas acham que criticar falsas coautorias é um posicionamento contrário a coautorias. Nada mais saudável do que pesquisar e produzir junto com o mestrando ou doutorando, no entanto o que se vê, em alguns casos é a exploração, dos estudantes que se sentem pressionados a inserir os nomes de seus orientadores em seus textos, mesmo quando os últimos não tiveram uma participação substantiva na pesquisa e na redação dos artigos.

Alguns colegas defendem que o orientador é um coautor das teses e dissertações, mas, se assim fosse, seus nomes apareceriam nas fichas catalográficas desses trabalhos como autores e não como coautores. A UFMG, após ser acionada por mim, reconheceu que orientação é diferente de coautoria e refez todos os registros das teses e dissertações produzidas naquela universidade, pois antes o orientador aparecia como coautor.

É sempre bom lembrar que o Art. 15: § 1º, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, sobre direito autoral, diz que “[N]ão se considera coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio”.

Não estou sozinha nessa cruzada. Goldim, em seu portal sobre bioética, também se posiciona sobre o tema. Segundo ele,

A autoria de projetos, artigos e livros é uma das questões éticas que mais tem gerado preocupações nos últimos tempos. A omissão de autores, a inclusão indevida e o uso

indevido de material de pesquisa são fatos extremamente desagradáveis e preocupantes, porém presentes em todos os países do mundo que realizam pesquisas.

Goldim informa que, na área de saúde, centenas de periódicos já adotam as recomendações do *International Committee of Medical Journal Editors*, criado em janeiro de 1978, em Vancouver. Essa recomendação sobre autoria diz o seguinte:

Os créditos de autoria devem estar baseados somente em contribuições substanciais para (A) concepção, planejamento, análise ou interpretação dos dados, (B) redação do artigo ou sua revisão intelectual crítica, (C) responsabilidade pela aprovação final para publicação. Todas as condições (A, B e C) devem ser cumpridas.

Essa é também a orientação indicada pela *Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq* (2011) em seu relatório:

16: A inclusão de autores no manuscrito deve ser discutida antes de começar a colaboração e deve se fundamentar em orientações já estabelecidas, tais como as do International Committee of Medical Journal Editors.

17: Somente as pessoas que emprestaram contribuição significativa ao trabalho merecem autoria em um manuscrito. Por contribuição significativa entende-se realização de experimentos, participação na elaboração do planejamento experimental, análise de resultados ou elaboração do corpo do manuscrito. Empréstimo de equipamentos, obtenção de financiamento ou supervisão geral, por si só não justificam a inclusão de novos autores, que devem ser objeto de agradecimento.

18: A colaboração entre docentes e estudantes deve seguir os mesmos critérios. Os Supervisores devem cuidar para que não se incluam na autoria estudantes com pequena ou nenhuma contribuição nem excluir aqueles que efetivamente participaram do trabalho. Autoria fantasma em Ciência é eticamente inaceitável.

19: Todos os autores de um trabalho são responsáveis pela veracidade e idoneidade do trabalho, cabendo ao primeiro autor e ao autor correspondente responsabilidade integral, e aos demais autores responsabilidade pelas suas contribuições individuais.

20: Os autores devem ser capazes de descrever, quando solicitados, a sua contribuição pessoal ao trabalho

O Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP (FAPESP, 2014) também considera que autores são aqueles que “tenham dado contribuições intelectuais diretas e substanciais para a concepção ou realização da pesquisa cujos resultados são nele apresentados”. Essa também tem sido uma prática internacional. Documento do *Comitê Consultivo sobre Integridade na Pesquisa*, do Ministério da Educação e Cultura da Finlândia, também condena, explicitamente, a manipulação de autoria, seja na inclusão de

nome de autor que não participou da pesquisa, seja aceitando os créditos por trabalho produzido por outro (TENK, 2013)².

Albert e Wager (2003), em um relatório para o COPE³ (Committee on Publication Ethics), sobre como lidar com disputas sobre autoria, reconhecem que as pessoas que “são antiéticas em relação à autoria, estão, simplesmente, seguindo costumes e práticas locais” (p. 32), mas alertam que essa cultura precisa mudar devido à nova visão dos editores.

Em conjunto com a Universidade de Harvard em Cambridge, Massachusetts e o *Wellcome Trust*, uma fundação que apoia pesquisa para melhoria da saúde, sediada em Londres, eles fizeram um estudo piloto e testaram uma taxonomia para atribuição de papéis no desenvolvimento de pesquisa.

Allen *et al* (2014), enviaram uma pesquisa de opinião (survey), entre agosto e novembro de 2013, para 1200 autores da comunidade de biomedicina e ciências da vida responsáveis pela submissão de artigos para periódicos nas seguintes editoras: *PLOS journals*, *Nature Publishing Group journals*, *Elsevier journals*, *Science and eLife*. O objetivo foi investigar se a taxonomia por eles proposta (ver quadro 1) se aplicava aos papéis dos autores em aqueles artigos.

² Agradeço à colega Paula Kalaja por compartilhar comigo o documento sobre ética na pesquisa da Finlândia.

³ Vários periódicos internacionais e brasileiros adotam o código de ética do COPE.

Quadro 1. Proposta de taxionomia para classificação de colaboração

Who did what?	
Respondents were asked to select all roles that applied to each author, as described in the taxonomy below, and to state which of these roles were lead or supporting.	
Taxonomy category	Description of role
Study conception	Ideas; formulation of research question; statement of hypothesis.
Methodology	Development or design of methodology; creation of models.
Computation	Programming, software development; designing computer programs; implementation of the computer code and supporting algorithms.
Formal analysis	Application of statistical, mathematical or other formal techniques to analyse study data.
Investigation: performed the experiments	Conducting the research and investigation process, specifically performing the experiments.
Investigation: data/evidence collection	Conducting the research and investigation process, specifically data/evidence collection.
Resources	Provision of study materials, reagents, materials, patients, laboratory samples, animals, instrumentation or other analysis tools.
Data curation	Management activities to annotate (produce metadata) and maintain research data for initial use and later re-use.
Writing/manuscript preparation: writing the initial draft	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically writing the initial draft.
Writing/manuscript preparation: critical review, commentary or revision	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically critical review, commentary or revision.
Writing/manuscript preparation: visualization/data presentation	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically visualization/data presentation.
Supervision	Responsibility for supervising research; project orchestration; principal investigator or other lead stakeholder.
Project administration	Coordination or management of research activities leading to this publication.
Funding acquisition	Acquisition of the financial support for the project leading to this publication.

Fonte: ALLEN *et al* (2014, p.313)

Eles obtiveram 230 respostas e dessas, 85% considerou que a taxonomia era de uso fácil e cobria todos os papéis dos colaboradores de seus artigos. Segundo os autores, eles pretendem aprimorar a taxionomia para auxiliar os editores de periódicos.

Segundo Marques (2014) que também cita o estudo de Allen et al (2014), “[P]roblemas relacionados à autoria de *papers* preocupam cada vez mais os editores de revistas científicas e há tempos muitos deles passaram a exigir que seja declarada a contribuição de cada um dos autores nos artigos submetidos à publicação” (p.33).

Marques (2014) entrevistou outros pesquisadores. Um deles foi Sigmar de Mello Rode, presidente da Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec) e editor executivo da revista *Brazilian Oral Research*. Ele argumenta que “a pressão para publicar produziu casos de pesquisadores que declaram ser autores de mais de 30 artigos por ano, o que sugere a não participação ou participação superficial na maioria” (p. 34). Provavelmente qualquer um de nós achará fenômeno semelhante em nossas universidades, pois a cultura de coautoria não justificada é comum em muitas áreas. As críticas a essa cultura são feitas intramuros por medo de perseguição e os alunos relatam que são obrigados a inserir nomes de pessoas a pedido de seus orientadores. Até quem empresta o laboratório para um experimento costuma ser agraciado com uma coautoria, quando o esperado seria um agradecimento.

Wood Jr. (2014, p.58), por exemplo, faz severas críticas à área de Administração e condena o que chama de “prática heterodoxa de divisão de trabalho: os mais jovens (alunos de mestrados e doutorados) pesquisam e escrevem e os mais velhos (professores doutores assinam”. Ele cita o trabalho de Pegino (2014) que “afериu a produção de 168 pesquisadores bolsistas do CNPq e constatou que os orientadores aparecem como primeiros autores em apenas 16% dos trabalhos. Vale a pena citar mais um trecho de Wood (2014, p.58),

As entrevistas realizadas por Pegino com pesquisadores e alunos de doutorados revelam o funcionamento da máquina. As diretrizes de produção vêm de Brasília e são desdobradas em cada unidade industrial. Nas fábricas, os capatazes põem seus servos a trabalhar. Trechos das entrevistas revelam uma dura realidade: a pressão permanente por produção e a reação de professores e estudantes. O mercado é muito competitivo e pouco seletivo, mais importa a quantidade que a qualidade. Os mais velhos respondem como podem ao sistema, frequentemente empregando artifícios criativos para atender às metas de produção. Os mais jovens se submetem. Quem não produz é condenado ao desterro. Alguns pesquisadores se esmeram na adaptação, tirando o máximo rendimento de suas fábricas e de seus servos. Outros, sabe-se bem, se refugiam na nostalgia de tempos passados e empregam sofisticada retórica para defender sua zona de conforto. Aqui e acolá, surgem casos exóticos: alunos que parecem fazer trabalho de ghost-writer e doutorandos que orientam mestrados.

Outro entrevistado de Marques (2014), Abel Packer da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), considera que “A declaração de autoria se transformou numa fonte de problemas éticos na comunicação científica, seja pela inclusão de autores que pouco ou nada contribuíram, seja por autorias fantasmas” (p. 34). Finalmente, outro entrevistado, Charles Pessanha, editor emérito da revista *Dados*, vinculada ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, considera que uma taxionomia seria uma saída “semelhante à adotada pelos estúdios de cinema. Há tanta gente envolvida num filme que é preciso dar o crédito específico a todos eles no final do filme”, mas acrescenta:

É preciso encontrar um meio de reconhecer a contribuição de todos. Mas não dá para considerar como autor quem não participou da concepção do estudo, do delineamento da pesquisa e da interpretação e análise dos dados. Assim como nos créditos cinematográficos, os produtores são reconhecidos – e até recebem seus próprios prêmios, como outros profissionais envolvidos. O fato de obter financiamento para uma pesquisa não transforma o pesquisador automaticamente em um autor. É preciso participar da concepção e elaboração acadêmica do trabalho.

A Revista Brasileira de Linguística Aplicada, *Qualis A1*, da qual sou editora-chefe, enfrenta com frequência esse tipo de problema. Apesar de haver normas explícitas⁴ sobre coautoria, artigos continuam sendo submetidos à revista, com cópia *ipsis litteris* de partes de dissertações e teses, tendo os orientadores como segundo autores. Alguns desses artigos sequer fazem referência aos trabalhos de onde foram retirados, o que configura autoplágio. Quando acionados, muitos orientadores concordam em aparecer como tal em nota de rodapé, mas alguns exigem que os orientandos cancelem a submissão de seus textos. É bom ressaltar que consideramos que os autores, nesses casos, devem sempre dar o crédito aos seus orientadores, mas isso não implica coautoria.

Sabemos que algumas dessas falsas coautorias são induzidas pelas exigências de avaliações internas e externas e, algumas vezes, isso, aparentemente, acontece com o incentivo de coordenações que querem que seus cursos sejam bem avaliados. Outro

⁴ As normas da revista explicitam que “Artigos resultantes de pesquisa de mestrado ou doutorado deverão incluir o nome do orientador em nota de rodapé e não como coautor. A Comissão Editorial entende que a orientação deve ser explicitada, mas não deve ser confundida com coautoria. De acordo com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Art. 15: § 1º Não se considera coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio.”

fenômeno menos comum é o pacto entre pesquisadores, do tipo você me dá coautoria e eu retribuo, ou você me cita e eu te cito.

Acredito que uma mudança na cultura de publicação com a inclusão de colaboradores (orientador, revisor, leitor crítico, responsável pelo banco de dados etc) daria mais transparência ao processo de produção de conhecimentos e, ao mesmo tempo, evitaria as falsas coautorias. A avaliação da CAPES também poderia dar crédito a essas colaborações, desestimulando, assim, que colaboradores sejam ignorados e que falsas autorias se multipliquem.

Outra causa possível dessa prática antiética é a opção, feita por grande parte dos periódicos, de restringir à submissão de artigos produzidos por doutores. Com medo de serem mal avaliados recusam trabalhos de mestres e de doutorandos, ao mesmo tempo em que os programas de pós-graduação pressionam os alunos para publicarem. O próprio documento da CAPES diz

Considera-se que as teses e dissertações devam gerar: (a) artigos em periódicos; (b) capítulos de livros; (c) livros de autoria individual. (d) organização de livros, (e) tradução de artigos e livros. (f) resenhas; (g) trabalhos completos em Anais; (h) trabalhos de coautoria; (i) prêmios e demais publicações relevantes. (p.33)

Sem saída, os que ainda não se titularam recorrem ao apoio de doutores, geralmente os orientadores, para conseguirem publicar. Eu mesma já fui convidada a assinar um trabalho do qual eu não participara. É claro que eu não concordei, mas a autora acabou achando uma alma caridosa. Em tempos de denúncias contra corrupção na política brasileira, pós-graduandos frequentemente me relatam a pressão que sofrem para incluir o nome de seus orientadores e o medo de represálias, como a perda de bolsa, por exemplo, em caso de negativa.

Outro item do documento de nossa área na CAPES diz, nos estratos A1, A2 e B1 que esses periódicos devem conter “artigos de alta qualidade, **preferencialmente**⁵ escritos por doutores no Brasil ou no exterior, com efetiva contribuição científico-acadêmica para a Área” (p.23). A palavra preferencial não significa proibição, mas é entendida como tal e acaba tendo força de lei e cria uma reserva de mercado para doutores nas revistas com **Qualis** mais alto. Ora, isso é no mínimo paradoxal, pois o objetivo do mestrado é desenvolver a capacidade de desenvolver pesquisa e divulgar os resultados faz parte do

⁵ Grifo meu.

processo. Apesar da recomendação, algumas poucas revistas não se submeterem à ela, como é o caso da *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* e a *Trabalhos em Linguística Aplicada* que estão no portal Scielo e atraem artigos de alta qualidade. A maioria das submissões é de doutores, mas bons trabalhos de mestres são também publicados. É bom ressaltar que, no caso da *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, temos uma taxa de rejeição de cerca de 50% das submissões.

Essa exigência de titulação parece ser algo que não existe em outros países, segundo consulta que fiz a colegas que trabalham em universidades estrangeiras. Tive também o cuidado de olhar os periódicos internacionais que se encontram no *Qualis* de nossa área e, em nenhum deles, encontrei a exigência de titulação para publicação. A opinião dos últimos representantes de área na CAPES acabaram, infelizmente, virando norma. O medo da avaliação induz medidas que prejudicam a produção de conhecimentos por pessoas que não têm doutorado.

Nossa área forma profissionais que em sua maioria vão se inserir em atividades educacionais. O próprio documento de área da CAPES reconhece essa vocação.

A Área de Letras e Linguística tem como vocação natural a preocupação com o ensino, em suas múltiplas vertentes, quer seja no foco direto ao discente no ensino básico, quer na formação de professores nele inserido, estritamente. Essa vocação, cabe ressaltar, se revela, por exemplo, em muitas das linhas, grupos e núcleos de pesquisa que contemplam a Educação Básica. (p.7)

Formamos centenas de mestres por ano e defendemos que o professor deve ser também um pesquisador, mas fechamos as portas dos periódicos e os desestimulamos a continuar pesquisando de forma independente. Esses mestres e doutorandos estão condenados a publicar apenas em anais de eventos ou em revistas com menos visibilidade. No entanto, eles sofrem a demanda de suas coordenações para publicarem, especialmente, se forem professores do ensino superior e mesmo de escolas federais do ensino básico. O próprio documento da CAPES não incentiva a publicação autônoma ao dizer: “[N]o que concerne à participação discente, tem-se chamado a atenção para seu envolvimento em atividades de coautoria, prática que vem se tornando cada vez mais comum na Área” (p.18).

Publicações Internacionais

Outro problema que começamos a enfrentar é o assédio de revistas internacionais com convites para publicações pagas. Quem nunca recebeu um convite desse tipo? A prática de se pagar para publicar é muito comum em outras áreas, pois é a forma que os editores encontram para manter as revistas. A publicação de um artigo inclui despesas com secretaria, revisão, formatação, impressão e correios. E isso não fica por menos de mil reais por artigo. Mesmo com a tendência de se publicar on-line, ainda precisaremos dos serviços de secretaria, revisão, e formatação. No entanto, práticas perniciosas estão surgindo.

Em artigo na Folha de São Paulo, Tuffani (2015) denuncia que cerca de duzentas revistas acadêmicas de reputação suspeita estão incluídas no *Qualis* da CAPES. Segundo ele,

Os periódicos predatórios são revistas acadêmicas editadas por empresas que exploram sem rigor científico uma importante iniciativa de comunicação científica que surgiu com a internet. Trata-se do Open Access (acesso aberto), o modelo editorial de publicação de artigos em acesso livre, baseado na cobrança de taxas de autores ou no custeio por parte de instituições científicas.

Não podemos generalizar e considerar de má qualidade o que é de acesso livre. O portal *Scielo* é de acesso aberto e tem um rigoroso processo de seleção dos periódicos que hospeda. No entanto, o problema está posto e precisa ser enfrentado.

A questão de falta de credibilidade na avaliação dos textos parece estar adquirindo proporções maiores em outras áreas no contexto internacional. Spinak (2014) afirma, no blog do *Scielo*, que há indícios de fraudes nos processos de arbitragem de alguns periódicos “editados por importantes grupos editoriais como, entre outros, Springer, Wiley, Taylor & Francis, PLoS, Nature PublishingGroup, e BioMed Central”. Além de casos de expedientes para burlar o sistema eletrônico de arbitragem ou de controle de plágio, Spinak (2014) informa que:

Os resultados de pesquisa realizados por equipes independentes fazem suspeitar de maneira fundamentada que, por detrás destes casos de má conduta científica, existem empresas organizadas que realizam um comércio lucrativo com processos de revisão fraudulentos. Por exemplo, oferecendo a pesquisadores agregar seu nome entre os autores de um artigo que está em processo de aceitação mediante um pagamento que pode chegar a USD 15.000 dependendo do Fator de Impacto do periódico onde se publique o artigo.

Passo agora a discutir outra pressão que nossa área e nossos periódicos têm sofrido: a pressão pela internacionalização.

Sacardo (2007, p. 83) afirma que “publicar em periódico nacional, pelo menos a princípio, oferece maior impacto desse conhecimento na realidade e no interesse do próprio país”; e Santos (2003, p. 631) alerta que

A internacionalização das publicações é um padrão totalmente adequado aos trabalhos nas áreas de Ciências Exatas e Biológicas, cujos temas não estão, necessariamente, circunscritos a um espaço geográfico, cultural e histórico. A publicação em periódicos internacionais de trabalhos na área de Ciências Humanas é algo muito mais difícil e improvável. Como tornar viável a publicação internacional de um trabalho sobre os índios *caiapós* ou sobre o movimento dos *sem-terra no Pontal do Paranapanema*? Há, efetivamente, interesse das editoras estrangeiras por esses temas?

Na mesma linha, Rego (2014, p.331), a respeito da área de educação, apresenta reflexão que também é adequada para nossa área:

os temas estudados nesse campo costumam ser mais voltados aos problemas nacionais; por isso, estão menos internacionalizados e têm fator de impacto relativamente mais baixo do que em outras áreas. Os periódicos brasileiros de humanas estão fazendo um grande esforço de internacionalização, seguindo o que aconteceu nos periódicos de outras áreas em anos passados. Portanto, não se trata de atraso das humanidades, mas sim de um ciclo histórico específico dessa área de conhecimentos.

Em nossa área, escreve-se pouco em inglês e, quando um número especial de um periódico faz chamada por artigos em inglês, poucos brasileiros enviam trabalhos. A *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* vem publicando um número temático em inglês por ano, mas nem sempre consegue angariar um bom número de artigos, apesar de toda a divulgação nas redes sociais e nas listas de discussão com muita antecedência. A partir de 2014, deixaremos de ter os números impressos e estamos estudando a possibilidade de traduzir os artigos para o inglês, mas o impacto desse investimento ainda é uma incógnita.

Finalmente, para encerrar esta seção, gostaria de fazer algumas reflexões sobre o sistema *Qualis* e a avaliação de livros.

O sistema *Qualis*

A maioria dos periódicos bem classificados tem um alto índice de submissões o que dificulta seu gerenciamento e muitas vezes aumenta o tempo entre o recebimento, aceite e publicação, devido à demora dos pareceristas que, geralmente, contribuem com muitos periódicos. Rego (2014, p.341) alerta:

O crescimento da demanda espontânea por publicação absorve o trabalho dos editores e pareceristas *ad hoc*, numa rotina extenuante de avaliações. As pressões de trabalho sofridas no dia a dia por esse corpo editorial, geralmente de tamanho reduzido, acabam por influenciar a qualidade do que é publicado e resultar em baixos índices de impacto.

Por outro lado, os periódicos que ainda não estão no topo da classificação, ficam com poucas chances de melhorar sua avaliação, pois são pouco atraentes para quem depende da avaliação. E não adianta investir financeiramente nesses periódicos para ajudá-los a melhorar sua qualidade, se, indiretamente, induz a academia a fugir deles.

Outro problema é a falta de incentivo para publicação em periódicos que ainda não estão classificados pelo *Qualis*. Veja o quadro 2, produzido pela agência Thomson Reuters.

Esse quadro mostra os 20 primeiros periódicos, em uma lista de 93, na categoria Linguística, classificados pela Thomson Reuters como sendo os mais importantes na área de Linguística. Como parâmetro, foi usado o fator de impacto em cinco anos. Dentre eles, apenas quatro constam do *Qualis*: *Language Learning* (A2), *Brain and Language* (A1), *Applied Linguistics* (A1), e *Journal of Pragmatics* (A1). A razão é simples, não há publicação de brasileiros nos outros periódicos e a indexação no *Qualis* só acontece quando algum pesquisador de um programa de pós-graduação publica no periódico.

Quadro 2. Periódicos mais importantes na área de linguística

Top journals in Linguistics

21 OCTOBER 2010 | UPDATED: 21 OCTOBER 2010 0:00AM

Top journals in Linguistics					
<i>Data provided by Thomson Reuters from its Journal Citation Reports – Social Sciences, 2009</i>					
	Journal	Articles in 2009	Total cites in 2009	Impact factor	Five-year impact
1	Journal of Memory and Language	60	5,173	3.221	3.814
2	Computational Linguistics	17	1,467	2.212	3.722
3	Language Learning and Technology	12	562	2.531	3.575
4	Brain and Language	64	4,721	2.973	3.105
5	Studies in Second Language Acquisition	19	956	1.323	2.881
6	Language	24	2,309	1.886	2.794
7	Journal of Speech, Language and Hearing Research	111	3,591	2.347	2.714
8	Cognitive Linguistics	29	489	0.814	2.560
9	Journal of Fluency Disorders	17	535	2.188	2.425
10	Journal of Communication Disorders	37	1,157	1.639	2.276
11	Language and Cognitive Processes	55	1,634	2.000	2.233
12	Mind and Language	26	825	2.091	2.173
13	Modern Language Journal	39	1,200	1.914	2.040
14	Linguistic Inquiry	23	1,691	1.450	2.020
15	Applied Linguistics	23	1,086	1.469	1.991
16	Second Language Research	13	502	1.281	1.924
17	Journal of Phonetics	32	1,166	1.525	1.902
18	Applied Psycholinguistics	31	1,001	1.238	1.887
19	International Journal of Language and Communication Disorders	45	670	1.330	1.859
20	American Journal of Speech-Language Pathology	30	825	1.879	1.829

Fonte: Top Journals in Linguistics. In: At the Heart of Higher Education Debate. Disponível em: <<http://www.timeshighereducation.co.uk/news/top-journals-in-linguistics/413923.article>>. Acesso em 08 jan. 2015.

O critério de inclusão no *Qualis* acaba desmotivando o pesquisador a publicar em um periódico ainda não avaliado pela CAPES. Quem correria o risco de publicar em um desses periódicos e depois ver a revista ser avaliada como B4, como aconteceu com a *English Language Teaching (ELT) Journal*, um periódico com um dos índices mais baixos de aceite de artigos na área de Linguística Aplicada. Apenas 10% dos textos submetidos à avaliação são aceitos naquele periódico, segundo Egbert (2007, p.7). Ela classifica ELT como um dos sete melhores periódicos na área de Ensino de Inglês como Língua Estrangeira e de Linguística Aplicada. Para a classificação, usou como critérios um questionário aplicado a pesquisadores; a taxa de rejeição de artigos; o fator de impacto; a periodicidade; e a acessibilidade ao periódico. Os outros, em ordem alfabética são: *Applied Linguistics*, *Journal of Second Language Writing*, *Language Learning*, *Modern Language Journal*, *Studies in Second Language Acquisition* e *Tesol Quarterly*. Destes, apenas *Applied Linguistics* e *ELT* estão indexados no *Qualis*.

Se a CAPES quer induzir a publicação em periódicos internacionais, deveria mudar a seu critério de indexação e incluir os periódicos internacionais mais relevantes para incentivar os pesquisadores a publicarem nesses periódicos de alta qualidade, sem, contudo interferir no percentual destinado a A1, que é, em minha opinião uma lógica perversa. Porque definir que apenas um determinado percentual de periódicos pode ser A1?

Avaliação de Livros

O acesso à avaliação de livros e capítulos no último triênio está disponível no site da Capes no link <http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/classificacao-de-livros>.⁶ A avaliação dos livros ainda é uma caixa preta para a grande maioria dos pesquisadores, pois não houve ampla divulgação dos resultados das avaliações como é feito com o *qualis* de periódicos.

Os critérios de avaliação de conteúdo são, ainda, muito subjetivos e a classificação segue a ordem inversa da avaliação dos periódicos, onde L4 é melhor do que L1. São três os quesitos a serem avaliados: relevância temática, caráter inovador da contribuição e potencial de impacto, assim definidos:

⁶ Agradeço a Dermeval da Hora e a Helena Rodrigues de Oliveira Marques Ferreira pela ajuda na localização desses dados.

Relevância: contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento; contribuição para a resolução de problemas nacionais; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas tratados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; bibliografia que denote amplo domínio de conhecimento; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo.

Inovação: originalidade na formulação do problema de investigação; caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados; contribuição inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas;

Potencialidade do Impacto: circulação e distribuição prevista; língua da publicação; re-impressão ou re-edição; possíveis usos no âmbito acadêmico e fora dele. (CAPES, 2009, p.4)

Considero um avanço a inclusão de livros didáticos, pois isso pode ter reflexo direto na qualidade do ensino básico. No entanto, por mais inovadores que esses livros sejam, por mais que tenham potencial para gerar mudanças no ensino, segundo o documento da CAPES, só podem ser classificados como L1 ou L2, o que significa um valor de 40 ou 60 pontos contra 100 de outros tipos de livros. Publicar um livro didático vale menos do que organizar um livro ou publicar um artigo. Da mesma forma, publicar um romance, vale menos que um artigo sobre ele, publicado por um colega⁷. Também não parece justo que um bom livro de autoria receba a mesma pontuação de um artigo em uma revista *Qualis* 1. Isso é muito desestimulante para o pesquisador.

Tenho muitas perguntas e espero que sirvam para o nosso debate. Porque rigor científico está associado à estrutura teórica e não à geração e análise de dados; qual é o conceito de inovação? O que seria uma abordagem inovadora ou um método de pesquisa inovador? Usar métodos já conhecidos e confiáveis vale menos do que inventar uma nova metodologia? Novamente surge o problema da língua. Um livro em inglês vale mais do que um em português? Ou é o contrário? O documento não esclarece.

Como se vê, muitos dos quesitos são subjetivos ou no mínimo inadequados para a avaliação de produções em determinadas linhas de pesquisa. O que seria um tema inovador ou atualidade temática em linguística histórica, ou em estudos clássicos, por exemplo?

Como não foi divulgada a ficha com os resultados de avaliação de nenhuma obra e não há justificativa para os diversos quesitos, ficamos sem aquilo que considero o maior benefício de uma avaliação que é o feedback. Afinal, avaliação deve ser um instrumento que propicie ao avaliado a oportunidade de crescimento.

⁷ Agradeço à minha colega Andréa Machado de Almeida Mattos por essa observação.

É preciso achar um equilíbrio entre a avaliação de artigos e de livros e capítulos. Quando publicamos em um periódico, sabemos de antemão a pontuação que lhe será atribuída, mas quando publicamos um livro ou um capítulo, ainda não sabemos se ele será ou não considerado relevante.

Passo, a seguir, ao último item a ser discutido neste texto, antes das conclusões: a avaliação de projetos de pesquisa.

Projetos de pesquisa

Duas críticas comuns aos programas é o excesso de projetos de pesquisa por pesquisador e o tempo de duração dos mesmos. Mas será que os dados correspondem à realidade, ou seria um problema gerado pelos sistemas de dados?

Vejam os casos hipotéticos de um pesquisador do CNPQ que apresenta novos projetos a cada 3 ou 4 anos, dependendo de seu nível. Suponhamos que esse pesquisador submeta vários artigos à publicação ao término de seu projeto e que alguns deles demorem mais de um ano para serem publicados. Ou ainda que, depois do projeto fechado, seja convidado para escrever um capítulo para um livro sobre o tema que já pesquisou. Se ele não tem um projeto aberto no momento do relatório, ele não tem como vincular essas produções aos respectivos projetos.

Suponhamos, ainda, que um mestrando ou doutorando inicie um subprojeto associado ao desse pesquisador no último ano de vigência do projeto⁸. Mesmo que o pesquisador tenha encerrado seu projeto principal e apresentado o relatório ao CNPQ, ele precisa constar como não concluído para que a associação dos dados seja possível no momento de se fazer o relatório. No caso de um doutorando, esse projeto pode ter que constar como aberto por mais 3 anos no mínimo.

A vinculação de orientandos aos projetos pode impedir o aceite de projetos de alunos de alta relevância. Qualquer um de nós tem condição de orientar trabalhos associados a temas diferentes dos nossos projetos atuais, no entanto, somos submetidos às restrições impostas pelas orientações do documento de área.

⁸ O documento de área diz que é importante que os orientandos de mestrado e de doutorado se vinculem a algum projeto dos docentes, fazendo parte da equipe de pesquisa (ver páginas 10 e 13).

Essas observações, no entanto, não representa uma discordância à orientação do documento de área para que haja coerência entre os projetos de pesquisa e a produção intelectual (ver p. 9 do documento), mas um alerta de como essa orientação acaba trazendo também restrições.

Há, ainda, casos em que o pesquisador poderia investigar um tema por um tempo grande, mas para tanto precisa se justificar, pois as pesquisas longitudinais não são, geralmente, bem vistas. O incentivo a projetos de curto prazo acaba gerando publicações pouco amadurecidas e trabalhos superficiais como tem sido constatado por muitos editores em diversas áreas. Embora saiba que há projetos de longa duração de grande impacto na área, faço essa crítica em função de observação sobre projetos mais longos inserida na análise de um programa: que diz: “Esses projetos deveriam se concluídos ou ter sua duração justificada”.

Pablo del Río, pesquisador espanhol da área de educação, em entrevista a Rego e Braga (2013), afirma que “[O] problema é que os processos de pensamento são a longo e médio prazo, enquanto os sistemas de avaliação são a curto prazo” (p.526). Ele lembra que “Luria fez investigações tremendamente importantes, durante muitos anos, sobre a mente de um mnemonista e também sobre um homem que perde a memória e tem seu mundo destruído” e acrescenta que

Hoje os pesquisadores sofrem uma grande pressão para realizarem projetos num curto espaço de tempo, de preferência sobre temas em voga (que geralmente recebem mais dinheiro para a pesquisa). Desse modo, muitos acabam por ficar com uma pauta fragmentada e reducionista, o que faz com que seja muito difícil seguir a pista das perguntas importantes. Para contornar isso, o pesquisador dedica-se a fazer investigações não oficiais e usa o tempo de suas noites e férias. (...) Na Espanha, aumentamos a produtividade científica porque apareceram muito mais artigos indexados em revistas de alto impacto. Mas será que isso realmente significa que estamos investigando mais, fazendo mais pesquisas e descobrindo mais coisas? (p.530-551)

Fica a pergunta. Não seria melhor avaliar os projetos apenas pelos produtos que geram? Como lidar com os dados reais e as amarras do sistema.

Considerações finais

A partir do exposto gostaria de apresentar algumas propostas para discussão.

Uma delas é avaliar a ideia registrada no Plano Nacional de Pós-Graduação (BRASIL, 2010, p. 128) de se usar um crivo semelhante ao do sistema inglês, dando ao pesquisador a opção de escolha de suas quatro ou cinco melhores produções do período.

Outra ideia é valorizar mais a publicação em periódicos abertos na Internet, seguindo o exemplo da Faculdade de Artes e Ciências da Universidade de Harvard. Eles incentivam “que os autores continuem a publicar em periódicos de alto impacto e com acesso controlado, mas que consigam autorização para depositar os trabalhos no repositório institucional de acesso aberto”⁹ (LUCIZANO, 2008). Concordo com Lucizano (2008) quando diz:

Esta iniciativa é importante para os países em desenvolvimento tanto para a democratização do acesso á informação científica como para fortalecer as políticas e programas de acesso aberto como são as iniciativas BVS e SciELO nos países ibero americanos.

Sinalizar pela valorização do acesso aberto seria uma atitude revolucionária e proativa com forte impacto na circulação do conhecimento e no mercado editorial.

Outra proposta é fazer uso da ferramenta de citações do Google acadêmico (*Google Scholar*)¹⁰ para avaliar o impacto de nossas publicações, mas para isso, não podemos pensar em prazos curtos, pois os textos mais citados não são os mais recentes. No entanto, essa ferramenta avaliaria o impacto das publicações de um pesquisador, sem apagar suas contribuições passadas. Colocaria também menos peso na quantidade e mais no impacto. Vejam descrição de como funciona a ferramenta no próprio site do Google.

O Citações do Google Acadêmico oferece aos autores uma forma simples de acompanhar as citações de seus artigos. Você pode verificar quem cita suas publicações, visualizar gráficos de citações ao longo do tempo e avaliar diversas métricas de citação. Você também pode tornar seu perfil público para que ele seja exibido nos resultados do Google Acadêmico quando as pessoas pesquisarem, por exemplo, seu nome: [richard feynman](#).

O melhor de tudo é que a configuração é rápida e a manutenção é simples, mesmo que você tenha escrito centenas de artigos e seu nome seja compartilhado por diversos acadêmicos. Você pode adicionar grupos de artigos relacionados em vez de adicionar um artigo por vez. Além disso, suas métricas de citação são computadas e atualizadas automaticamente conforme o Google Acadêmico localiza novas citações sobre seu trabalho na web. Você pode até mesmo optar por atualizar sua lista de artigos automaticamente, além de poder

⁹ Leia mais sobre isso em <<http://www.dentalpress.com.br/v5/noticias.php?id=907> 03 abr. 2015>

¹⁰ Agradeço ao Prof. Vilson Leffa pela sugestão.

optar por analisar as atualizações ou atualizar seus artigos manualmente a qualquer momento.¹¹

Por questões éticas, ilustro com exemplo dos meus próprios dados no Google Acadêmico (ver Figura 1). Qualquer um pode ver quais são os meus textos mais citados, quantas citações cada um angariou e o número de citações por ano. Se eu clico no gráfico que aparece à direita, abre um *pop up* e, passando o mouse por cada coluna, vemos o número de citação daquele ano. Podemos ver o gráfico de citações por artigo e, também, quem nos citou, pois há *hiperlinks* para cada um desses artigos ou livros, ou, pelo menos, para o resumo ou *abstract* quando o texto não é de acesso livre. Além disso, a cada nova citação, sou notificada pelo *gmail* e tenho acesso ao texto que me citou (ver figura 3)

Figura 1. Página do Google acadêmico de Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

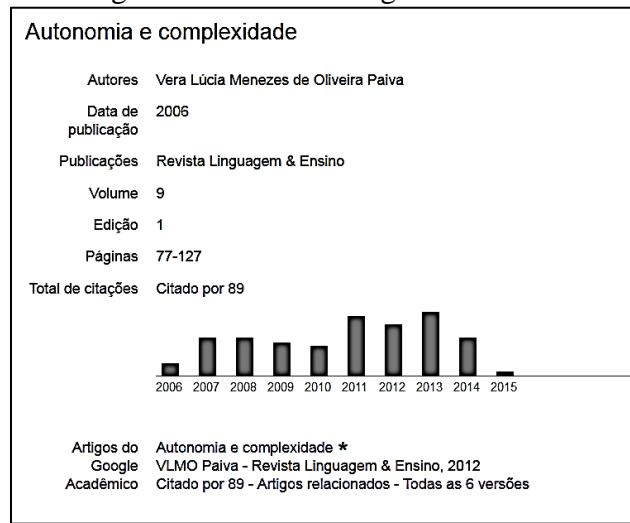


Fonte: <http://scholar.google.com.br/citations?user=EUIKB4YAAAAJ&hl=pt-BR&oi=ao>

Na figura 2, vemos os dados de meu artigo mais citado. Observem que é um texto de 2006, que não tem mais valor na avaliação dos últimos triênios, mas teve seu melhor desempenho em 2013, com 15 citações.


¹¹ Leia mais em <http://scholar.google.com.br/intl/pt-BR/scholar/citations.html>

Figura 2. Dados do artigo mais citado



Fonte: http://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=EUIKB4YAAAAJ&citation_for_view=EUIKB4YAAAAJ:gsN89kCJA0AC

Figura 3: Alerta do Google Acadêmico

 **Alertas do Google Acadêmico** <scholaralerts-noreply@google.com> Apr 6 (4 days ago)
to me ▾

Alerta do Google Acadêmico: Novas citações em meus artigos

[Assessment and Autonomy in Language Learning](#)
CJ Everhard, L Murphy - 2015

Fonte: e-mail recebido pela autora

Se eu clicar no número de citações (89), terei acesso a 9 páginas do Google com referências a todos os artigos e livros que citaram meu artigo nos últimos 10 anos. Muitos desses links me levarão ao texto completo.

Clicando em cada coluna, aparece o número de citações daquele ano e ao clicar no número, temos acesso aos textos que me citam. Em 2014, há 9 citações e em 2015, das 11 citações até o dia 06 de abril, uma é desse artigo, citado em um capítulo de um livro estrangeiro, apesar de o texto ser em português.

Acredito que essa ferramenta, seria muito mais útil para avaliar o impacto dos livros e capítulos do que os critérios atuais que levam a um exercício frágil de futurologia, pois não há como prever a potencialidade do impacto com solicitado na ficha de avaliação.

Em relação aos projetos de pesquisa, a sugestão é que a avaliação se concentre nos produtos gerados e não impeça a associação desses produtos a projetos já encerrados, pois a dinâmica de processo de publicação não segue a mesma lógica da duração dos projetos.

Concluo, agradecendo ao presidente da ANPOLL, Prof, Fabio Akcelrud Durão, pelo convite para participar da discussão sobre avaliação e espero ter trazido questões que possam avançar o diálogo entre a comunidade acadêmica e nossos representantes na CAPES e nos comitês de avaliação.

Referências

ALBERT, Tim; WAGER, Elizabeth. How to handle authorship disputes: a guide for new researchers. *The COPE Report 2003*. Disponível em <<http://publicationethics.org/files/u2/2003pdf12.pdf>>. Acesso em abr. 2015.

ALLEN, Liz et al. *Publishing: Credit where credit is due. Nature*, 508, p.312–313, 16 April 2014. Disponível em <<http://www.nature.com/news/publishing-credit-where-credit-is-due-1.15033#/whodidwhat>>. Acesso em dez. 2014.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 / Coordenação de Pessoal de Nível Superior*. v.1. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf>. Acesso em: 26 dez, 2014.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior). *Roteiro para classificação de livros*. Avaliação dos Programas de Pós-graduação, agos. 2009.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. *Documento de Área, 2013*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Letras_Linguistica_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em: 21 out. 2014

COMISSÃO de INTEGRIDADE de PESQUISA do CNPq. *Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq*. 2011. Disponível em <<http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>>. Acesso em 07 jan. 2015.

EGBERT, Joy. Quality analysis of journals in TESOL and Applied Linguistics. *TESOL Quarterly*. p.157-171 (2007).

FAPESP. *Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP*. 2014. Disponível em: <http://www.fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_jun2012.pdf>, Acesso em 02 abr. 2015.

GOLDIM, José Roberto Aspectos Éticos, Legais e Morais Relacionados à Autoria na Produção Científica. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/bioetica/autor.htm> >. Acesso em 01 abr. 2015.

HORTA, José Silvério Baia. Avaliação da Pós-graduação: com a palavra os Coordenadores de Programas. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 19-47, jan/jun. 2006. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10134/9375> > . Acesso em: 21 out 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 26, n. 93, p. 1341-1362, Set./Dez. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n93/27284.pdf>> Acesso em: 16 jan. 2015.

LUCIZANO, Jonatas Lucas. Decisão de Harvard a favor de acesso aberto repercute na comunidade científica e na mídia. *Dental Express*. 2008

MARQUES, Fabrício. Crédito para todos. *Fapesp Pesquisa*. p.31-35. Julh. 2014. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/07/15/credito-para-todos/>>, acesso 06 dez. 2014.

REGO, Teresa Cristina; BRAGA, Elizabeth dos Santos. Dos desafios para a psicologia histórico-cultural à reflexão sobre a pesquisa nas ciências humanas: entrevista com Pablo del Río. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 39, n. 2, p. 509-540, abr./jun. 2013

REGO, T. C. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. *Educação e Pesquisa*. v. 40, n. 2, p. 325-346. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022014000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&ORIGINALLANG=pt> Acesso em 30 jan, 2015.

RENANDYA, Willy A. Choosing the Right International Journal in TESOL and Applied Linguistics. *ELTWorldOnline.com*. v.6, p.1-17, jun 2014. Disponível em:

http://www.academia.edu/2064493/Choosing_the_right_international_journal_in_tesol_and_applied_linguistics>. Acesso em: 02 abr. 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. Para que serve a avaliação da pós-graduação. a visão da CAPES. *Revista Argentina de Educación Superior*. Año 4 , n. 5, p.63-104, Octubre, 2012. Disponível em: http://untref.edu.ar/raes/documentos/raes_5_ribeiro.pdf. Acesso em: 16 jan, 2015.

SACARDO, Michele Silva. Reflexões acerca da avaliação da Pós-Graduação brasileira: o impacto dessa política na área da educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 29, n. 1, p. 75-88, set. 2007. Disponível em: <<http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/11> >. Acesso em: 21 out. 2014

SANTOS, Cássio Miranda. Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 24, n. 83, p. 627-641, agosto 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n83/a16v2483.pdf>> Acesso em: 16 jan, 2015.

SPINAK, Ernesto. Ética editorial: as arbitragens fraudulentas. *SciELO em Perspectiva*. [viewed 11 March 2015]. Disponível em: <http://blog.scielo.org/blog/2015/02/20/etica-editorial-as-arbitragens-fraudulentas/>

TENK (The Finnish Advisory Board on Research Integrity)/ Ministry of Education and Culture. *Responsible conduct of research and procedures for handling allegations of misconduct in Finland*. Guidelines of the Finnish Advisory Board on Research Integrity 2012, Helsinki 2013.

TUFFANI, Maurício, O Qualis e o silêncio dos pesquisadores brasileiros. *Folha de São Paulo*. 01 abr 2015 Disponível em: <<http://mauriciotuffani.blogfolha.uol.com.br/2015/04/01/o-qualis-e-o-silencio-dos-pesquisadores-brasileiros/>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

WOOD Jr, Thomaz. A academia tropical. *Carta Capital*, p. 58. julh. 2014. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/810/a-academia-tropical-8562.html>. Acesso em 03 ag. 2014.